

Caravana encontra quadro dramático: mineração

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 24 de junho de 1987 5

que resta do Pantanal

e indústrias estão devastando toda a região

LUCIO VAZ
Enviado Especial

A pesca predatória — 2 mil toneladas ao mês — e o abate clandestino de 2 milhões de jacarés anualmente são problemas menores para o Pantanal Mato-Grossense, pelo menos uma comparação com o impacto ambiental que já tem início em consequência do lixo — mercúrio, vinhoto, agrotóxicos — jogado na região do seu entorno, seja por empresas de mineração, usinas de álcool ou lavouras de soja.

Mas tudo isso será pouco numa comparação com o que poderá ocorrer com a exploração da turfa — um solo composto que serve como combustível —, o próximo objetivo das empresas nacionais e multinacionais que já atuam nas proximidades. Este foi o quadro dramático encontrado por uma caravana de oito constituintes que esteve no Pantanal no último final de semana. Eles descobriram que a luta pela preservação do meio ambiente — ali e em todo o País — será bem mais árdua do que imaginavam.

Entre as denúncias que receberam de autoridades estaduais, parlamentares e entidades ecológicas, em audiências públicas realizadas em Cuiabá e Campo Grande, as que mais causa-



Garimpo: fonte de evasão de ouro

ram espanto a indignação foram aquelas relacionadas com a atividade de empresas mineradoras, tanto na região do Pantanal como no norte de Mato Grosso. Somente em 86, estas empresas extrairam 40 toneladas de ouro do solo brasileiro, declarando ao Governo Federal apenas quatro toneladas. O total extraído representa o dobro da produção oficial do Estado.

Mas não foi apenas a clara evasão de riquezas do País que causou preocupa-

ção. Também a depredação causada pelos diversos tipos de empresas mineradoras deixou todos preocupados. Um dos maiores problemas é o assoreamento e modificação do leito e curso dos rios pelo desmatamento ciliar e exploração inadequada de calcário. Há, ainda, a extração mineral em áreas de preservação permanente e o beneficiamento de minérios de forma inadequada, causando poluição hídrica e atmosférica.

O garimpo manual pode

ser considerado como um problema menor, mas também é preocupante. No ano passado, uma tonelada de mercúrio foi jogada no Pantanal em consequência desta atividade. E há um agravante neste caso: o garimpo já está sendo feito dentro do Pantanal. A usina de álcool de Poconé — que joga 10 litros de vinhoto nos rios para cada litro de álcool processado — também está dentro do Pantanal. Entre as preocupações futuras está o transporte de combustível em chatas entre Corumbá e Cáceres. Um simples acidente poderá comprometer toda a região.

A provável exploração da turfa, entretanto, parece ser o maior perigo. O assunto não foi tocado nas audiências públicas, já que é tratado de forma sigilosa, mas chegou até os constituintes através de denúncias feitas por ecologistas. A exploração deste tipo de solo levará ao rebaixamento do lençol freático, devastando definitivamente o Pantanal. Nos locais explorados seriam formadas verdadeiras crateras, deixando um aspecto de paisagem lunar. A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL/DF), integrante da comitiva, disse estar convicta de que "a questão aqui não está apenas nos jacarés e nos passaros. Tem algo mais importante por trás".



A mineração e as dragas já ocupam grandes áreas no Pantanal, tomando o lugar das lagoas e das muitas aves

Lutar, a promessa depois da viagem

Ao término da visita de três dias pelo Pantanal Mato-Grossense, o deputado Fábio Feidman (PMDB-SP), organizador da comitiva, estava plenamente satisfeito. Como afirmou na sessão pública realizada em Campo Grande, "quem passa pelo Pantanal fica marcado para sempre. Esta luta representa a luta pela vida, pela dignidade do País". De volta à Brasília, os constituintes confirmavam esta expectativa. Prometem levar para o plenário da Constituinte a luta que travaram na Comissão da Ordem Social, mas desta vez com mais informações e, principalmente, mais convicção.

A viagem teve, realmente, alguns momentos marcantes. Na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, o depoimento mais drástico foi feito pelo secretário-geral da Associação de Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso, José Domingos Godoi Filho. Foi o primeiro a lembrar que a preservação do entorno é o aspecto mais importante, porque todo o lixo jogado nesta região acaba chegando ao Pantanal — situação numa depressão — pelos rios da bacia do Paraguai.

A ecóloga Judith Cortesão, do Ministério da Cultura, integrante da comitiva, explicou que a região do Pantanal foi coberta por um mar interno, em épocas remotas, como comprova um catadétrico em paleontologia da USP. Oscar Rossler, que descobriu fósseis de moluscos marinhos na área. Seria o mar da Xaraés, lembrado nas lendas indígenas, mas sempre negado pela história dos brancos.

Godoi Filho também argumentou que o texto da Comissão da Ordem Social será "atropelado" pelo texto da Ordem Econômica, "que estabelece um capitalismo selvagem no País". Finalmente, salientou que "apenas a preservação das paisagens não será suficiente, se não houver uma alteração na relação do trabalho". Ele entende que o homem brasileiro precisa ter ganhos com a exploração do subsolo brasileiro, o que não vem ocorrendo na região de Carajás. "Caso contrário", acrescentou, "teremos no País nada mais do que um capitalismo verde".

O deputado estadual João Teixeira (PFL) anunciou a construção de um navio minerador pela TP Mineração, para a dragagem e purificação do rio Teles Pires, na região da Valt Flóresta. Este navio vai dragar cerca de 300 ilhas abaixo da queda do rio Peixoto, destruindo 10 mil hectares de terras para

extrair ouro. Também destruirá todo o ecossistema do rio, em consequência da erosão que será provocada pelo aumento da velocidade das águas. De Rondônia, veio o deputado Samuel Lemos (PMDB), para lembrar que "51 por cento do Estado estão cobertos por alvarás de lavras para empresas multinacionais". Afirmou que a maior parte do ouro extraído sai clandestinamente do País, "com a conivência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que funciona como um cartório de homologação das decisões das multinacionais".

GARIMPO

Nas proximidades de Poconé (MT) os constituintes tiveram contato com um grupo de garimpeiros. Puderam fazer duas constatações: a devastação provocada por esta atividade e a

exploração a que são submetidos estes trabalhadores. De cada caçamba com cinco metros cúbicos de terra, eles retiram dois gramas de ouro. No máximo, processam oito caçambas por dia. A renda até que seria boa (o grama está em Cz\$ 615), mas precisa ser dividida entre três ou quatro garimpeiros. O proprietário das terras, Arlindo Moraes, ex-prefeito de Poconé, fica com 10 por cento do produto de cada garimpo.

O mais idoso dos garimpeiros, Aristides Arruda, pai de quatro filhos, consegue de Cz\$ 15 a Cz\$ 20 mil por mês, mas dá 60 por cento da renda para a igreja do pastor coreano João Sung King, que dá apoio espiritual para os garimpeiros da região. As montanhas de lama jogadas ao lado do garimpo não preocupam os garimpeiros. Para eles, preservação do meio ambiente é algo completamen-

te distante. Na beira do rio, uma caixa de mercúrio, produzido pela Tanari Industrial Ltda, mostra a origem do produto: Zona Franca de Manaus.

O desânimo e a franqueza do agente do IBDF responsável pelo posto de fiscalização situado no Pantanal, Roberto Sales, chamaram a atenção de todos. "Não podemos fazer nada. Somos apenas nove homens em todo o Estado", confessou. Depois, afirmou que não esperava resultado prático da visita dos constituintes. "porque eles nunca cumprem o que prometem". Para ele, aquela visita não passava de "um passeio político".

A representante da Associação Mato-Grossense de Ecologia, Vânia Lucas do Amaral, fez uma importante denúncia. A principal espécie em extinção no Pantanal não são os jacarés nem as aves, mas sim o homem pantaneiro, que sempre viveu em harmonia com todo o ecossistema. Este homem também foi defendido pelo presidente da Sodepau, Abílio Barros. Ele lembrou que a devastação começou com a descoberta da região pelo País, nos anos 70. Nos 150 anos que antecederam esta invasão, o homem pantaneiro viveu em harmonia com passaros, répteis e peixes.

No Mato Grosso do Sul, o deputado Valter Pereira atacou o responsável pela organização da visita no Mato Grosso, deputado Júlio Campos (PFL-MT), afirmando que foi justamente ele "o responsável pela abertura das portas do Pantanal à depredação". Júlio Campos, quando governador, permitiu a instalação dos garimpos e de mais cinco usinas de álcool no Pantanal.

Pela quantidade e qualidade de informações colhidas, Feidman considerou produtiva a viagem. A partir de agora, além deste grupo de constituintes — Ruy Nedel (PMDB-RS), Carlos Mosconi (PMDB-MG), Maria Abadia (PFL-DF), Eduardo Jorge (PT-SP), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Raimundo Rezende (PMDB-MG), Júlio Campos (PFL-MT), Eduardo Moreira (PMDB-SC) e Valter Pereira (PMDB-MS) — ele espera conquistar mais adeptos à causa da ecologia. "Em dois anos seremos 30 ou 40", garante o deputado, eleito pelo movimento ecológico de São Paulo. No futuro, talvez, ele pense em passar para o Partido Verde. No momento, entretanto, pensa apenas em formar uma frente "suprapartidária" para defender o meio ambiente na Constituinte.

Ainda falta proteção

Tanto pelas declarações das autoridades e ecologistas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, como pela avaliação dos próprios constituintes, um aspecto ficou claro após a visita ao Pantanal: o texto sobre meio ambiente aprovado na Comissão da Ordem Social avança bastante em termos de preservação do meio ambiente, mas não é o suficiente. Sem uma conjugação adequada com o texto da Comissão da Ordem Econômica, onde os interesses das grandes empresas têm prevalecido, os recursos naturais do País estarão totalmente desprotegidos.

A questão básica é a exploração do subsolo. Todos aprovaram o artigo 114 do Título Meio Ambiente, onde está estabelecido que a exploração dos recursos minerais fica condicionada à conservação ou recomposição do meio ambiente afetado. Também concordaram com o inciso VIII do artigo 110, que exige, para a instalação de atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, cuja avaliação será feita em audiências públicas. A dúvida que ficou é a seguinte: quando estes artigos forem para discussão em plenário, qual será a reação dos representantes do poder econômico na Constituinte? Mas também ficou

uma certeza: mais do que nunca será necessária a pressão popular sobre a Constituinte.

Outro artigo muito aplaudido nas audiências públicas foi o 115, que prevê o estabelecimento de normas pelo Congresso Nacional para a convocação das Forças Armadas, na defesa dos recursos naturais e do meio ambiente, em caso de manifesta necessidade. Com apenas 15 agentes para fazer a fiscalização dos dois Estados, o IBDF tem se mostrado completamente impotente na luta contra os coureiros, pescadores, contrabandistas e toda espécie de bandidos, geralmente integrantes de bem equipadas quadrilhas, que não dispõem os aviões e as metralhadoras.

Finalmente, obteve total aprovação o artigo 119, que considera crime as práticas e condutas lesivas ao meio ambiente, bem como a omissão das autoridades competentes para a sua proteção, equiparando estas práticas ao homicídio doloso, quando produzirem efeitos letais ou danos graves e irreversíveis à saúde de grupos humanos. Esta é a única forma punir os predadores do Pantanal, asseguram as autoridades regionais, já que a legislação atual é extremamente branda, permitindo a liberação dos infratores mediante o pagamento de fiança.